

STJ00115710

Cristiano Avila Maronna

LEI DE DROGAS  
INTERPRETADA NA  
PERSPECTIVA DA  
LIBERDADE

SÃO PAULO  
2022



JUSTA

STJ00115710

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Alameda Itu, 852 | 1º andar |

CEP 01421 002

www.loja-editoracontracorrente.com.br

contato@editoracontracorrente.com.br

#### EDITORES

Camila Almeida Janela Valim

Gustavo Marinho de Carvalho

Rafael Valim

Walfrido Warde

Silvio Almeida

#### EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO DE PROJETO: Juliana Daglio

PREPARAÇÃO DE TEXTO E REVISÃO: Douglas Magalhães

REVISÃO TÉCNICA: Amanda Dorth

DIAGRAMAÇÃO: Pablo Madeira

CAPA: Marina Avila

#### EQUIPE DE APOIO

Fabiana Celli

Carla Vasconcelos

Fernando Pereira

Valéria Pucci

Regina Gomes

Nathalia Oliveira

1223695

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Maronna, Cristiano Avila

Lei de Drogas interpretada na perspectiva da  
liberdade / Cristiano Avila Maronna. -- São Paulo,  
SP : Editora Contracorrente, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5396-043-5

1. Direito constitucional 2. Drogas - Leis e  
legislação - Brasil 3. Inconstitucionalidade das leis  
4. Lei 11.343/2006 I. Título.

22-119869

CDU-340.131.5

#### Índices para catálogo sistemático:

1. Inconstitucionalidade das leis : Efeitos : Direito 340.131.5

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

@editoracontracorrente

f Editora Contracorrente

@ContraEditora

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	37
APRESENTAÇÃO.....	41
INTRODUÇÃO.....	47
TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	53
Art. 1º.....	53
Estereótipos raciais e a interpretação da Lei de Drogas.....	53
Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (Decreto n. 10.932, de 10.01.2022).....	71
Mandado constitucional de criminalização e outras disposições.....	74
Nova lei, velha política de drogas.....	77
Impacto da Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006).....	79
Índice Global de Política de Drogas (IGPD).....	86
Índice do Estado de Direito – Projeto Justiça Global.....	91
Guerra às drogas e letalidade policial no Brasil.....	93
Princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei (1985).....	100

Protocolo de Istambul, sobre investigação e documentação eficaz da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos e degradantes (1999).....	101
Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos sobre violência policial.....	101
Encarceramento em massa .....	103
Relação entre encarceramento e danos à saúde pública..	109
Sistema carcerário brasileiro é um estado de coisas inconstitucional .....	110
<i>Numerus clausus</i> .....	111
Conceito de droga.....	119
Classificação das drogas psicoativas.....	121
Máxima de Paracelso.....	127
Conceito de droga na Lei de Drogas.....	130
Drogas legais e drogas ilegais.....	130
Drogas e risco de dependência .....	134
O mito da dependência como doença do cérebro.....	138
Drogas e pandemia.....	143
Verdades médicas, drogas e dispositivos de poder.....	148
Drogas ilegais e presunção de dependência.....	151
Usuário e dependente: a questão dos padrões de uso de drogas.....	153
Uso de drogas no Brasil.....	154
Violência letal e consumo de álcool.....	157
A relação entre nível de educação e julgamento moral em relação a pessoas que abusam de drogas.....	158
Contrafissura.....	159
Prevenção do uso indevido .....	162
Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas).....	165
Atenção e reinserção social do usuário e dependente.....	170

Princípio da reserva legal e norma penal em branco heterogênea.....	170
Retroatividade benéfica.....	177
Alteração do complemento e intertemporalidade.....	177
Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad.....	178
Art. 2º.....	179
Proibicionismo.....	179
Quadro comparativo de modelos regulatórios (proibição, despenalização, descriminalização, legalização).....	181
Espectros de desenhos regulatórios.....	183
Mitos e evidências na construção das políticas de drogas.....	185
O sistema ONU (Organização das Nações Unidas) e as drogas.....	188
Tratados internacionais.....	191
Princípios de interpretação dos tratados.....	197
Categorias de drogas controladas.....	201
Reclassificação da maconha nos tratados internacionais.....	204
Pena de morte.....	205
Desinvestir em prisões e modelos autoritários de polícia, investir em direitos sociais.....	207
Redução de Danos.....	208
Salas de consumo de drogas ilícitas (SCD).....	215
Confisco.....	219
Fins medicinais ou científicos.....	220
Uso ritualístico religioso.....	221
Movimento Rastafari.....	221
Uso tradicional da folha de coca.....	223

Ayahuasca .....	223
Ibogaína .....	226
Plantio e uso de <i>Cannabis</i> para fins medicinais ou científicos .....	229
Direito ao cultivo de <i>Cannabis</i> por associação de pacientes .....	232
Farmácia Viva, Associação de Pacientes e cultivo de <i>Cannabis</i> .....	253
<i>Habeas corpus</i> como via idônea para tutela do direito à saúde por meio do cultivo de <i>Cannabis</i> .....	272
Dispensação e manipulação de produtos com ativos derivados vegetais ou fitofármacos da <i>Cannabis</i> .....	291
Autorização para cultivo de cânhamo industrial .....	294

TÍTULO II - DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS .....	295
Art. 3º .....	295
Opção política pela regulação <i>extra legem</i> , à margem do controle social democrático (“infralegalismo autoritário”) .....	296
A criação da SENAPRED e o desmembramento das políticas sobre redução da oferta e da demanda .....	297
Composição do Sisnad .....	298
Competências específicas dos órgãos e entidades que compõem o Sisnad .....	298
Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD .....	300
Participação social na construção de políticas públicas .....	301
ADI 6.659 .....	305
Gestão das informações .....	305
Sistema Único de Saúde – SUS .....	306
Sistema Único de Assistência Social – SUAS .....	306

<b>Capítulo I – Dos princípios e dos objetivos do sistema nacional de políticas públicas sobre drogas</b> .....	<b>310</b>
<b>Art. 4º</b> .....	<b>310</b>
<b>Princípios do Sisnad</b> .....	<b>311</b>
<b>Art. 5º</b> .....	<b>311</b>
<b>Objetivos do Sisnad</b> .....	<b>312</b>
<b>Capítulo II – Do sistema nacional de políticas públicas sobre drogas</b> .....	<b>313</b>
<b>Seção I – Da Composição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas</b> .....	<b>313</b>
<b>Art. 6º</b> .....	<b>313</b>
<b>Art. 7º</b> .....	<b>313</b>
<b>Orientação central e execução descentralizada do Sisnad</b> .....	<b>313</b>
<b>Art. 7º-A</b> .....	<b>314</b>
<b>Art. 8º</b> .....	<b>314</b>
<b>Seção II – Das Competências</b> .....	<b>315</b>
<b>Art. 8º-A</b> .....	<b>315</b>
<b>Cuidar sim, excluir não: a reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial em favor da humanização da saúde mental</b> .....	<b>316</b>
<b>A contrarreforma psiquiátrica e a “nova” política de drogas</b> .....	<b>324</b>
<b>Resolução n. 1/2015 do CONAD</b> .....	<b>327</b>
<b>Resolução Comissão Intergestores Tripartite – CIT n. 32/2017</b> .....	<b>331</b>
<b>Resolução n. 1/2018 do CONAD</b> .....	<b>331</b>
<b>Nota Técnica n. 11/2019 do Ministério da Saúde</b> .....	<b>332</b>
<b>Política Nacional de Drogas – PNAD (Decreto n. 9.761/2019)</b> .....	<b>332</b>

Recomendação n. 23/19 do Conselho Nacional de Saúde.....	335
Recomendação n. 03/2019 do Conselho Nacional de Direitos Humanos.....	335
O cuidado em saúde mental e a contrarreforma psiquiátrica: posicionamento crítico da ABRASME.....	336
Nota da ABRASCO sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre drogas.....	336
Moção de Repúdio à Nova Política Nacional sobre Drogas da ABRAMD.....	337
Nota de Repúdio à Nova Política Nacional sobre Drogas do Conselho Federal de Psicologia (CFP).....	339
Nota Técnica do Conselho Federal de Serviço Social (CFF).....	339
Nota de Repúdio ao desmonte na Rede de Cuidado a pessoas que usam drogas da Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD).....	340
Art. 8º-B.....	343
Art. 8º-C.....	343
<b>Capítulo II-A – Da formulação das políticas sobre drogas.....</b>	<b>343</b>
<b>Seção I – Do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas.....</b>	<b>343</b>
Art. 8º-D.....	343
Plano Nacional de Políticas sobre Drogas – Planad.....	345
<b>Seção II – Dos Conselhos de Políticas sobre Drogas.....</b>	<b>347</b>
Art. 8º-E.....	347
Conselhos de Políticas sobre Drogas.....	348
<b>Seção III – Dos Membros dos Conselhos de Políticas sobre Drogas.....</b>	<b>350</b>
Art. 8º-F.....	350



Capítulo III .....	351
Art. 9º .....	351
Art. 10 .....	351
Art. 11 .....	351
Art. 12 .....	351
Art. 13 .....	351
Art. 14 .....	351
Capítulo IV – Do acompanhamento e da avaliação das políticas sobre drogas .....	351
Das métricas utilizadas para a avaliação das políticas sobre drogas .....	351
Art. 15 .....	360
Art. 16 .....	360
Comunicação de casos atendidos e óbitos ocorridos .....	360
Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) .....	361
Sigilo médico-paciente .....	362
Art. 17 .....	362
Dados estatísticos de repressão ao tráfico e sistema de informações do Poder Executivo .....	363
LGPD .....	363
TÍTULO III – DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS .....	365
Capítulo I – Da prevenção .....	365
Seção I – Das Diretrizes .....	365
Art. 18 .....	365
Os limites da prevenção no contexto da guerra às drogas .....	366

Art. 19.....	366
Uma política ética e efetiva para a prevenção do uso prejudicial de drogas.....	368
Esboço de agenda para uma política de prevenção.....	370
Políticas de prevenção pontuais de alta visibilidade e baixo impacto.....	370
Poder econômico e prevenção do uso prejudicial do álcool.....	372
Seção II – Da Semana Nacional de Políticas Sobre Drogas.....	373
Art. 19-A.....	373
Semana Nacional de Políticas Sobre Drogas.....	374
Apoie, não castigue ( <i>Support. Don't Punish</i> ).....	374
Capítulo II – Das atividades de prevenção, tratamento, acolhimento e de reinserção social e econômica de usuários ou dependentes de drogas.....	376
Seção I – Disposições Gerais.....	376
Art. 20.....	376
Os limites da atenção no contexto da guerra às drogas.....	376
A disputa em torno do modelo de cuidado a pessoas que fazem uso problemático de drogas.....	377
Art. 21.....	381
Reinserção social e redes sociais.....	381
Reabilitação psicossocial.....	382
Art. 22.....	384
Atividades de reinserção social/reabilitação psicossocial/inclusão social.....	385
Moradia em primeiro lugar ( <i>Housing First</i> ).....	389
Seção II – Da Educação na Reinserção Social e Econômica.....	391
Art. 22-A.....	391

Programas de educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos e alfabetização.....	392
Seção III – Do Trabalho na Reinserção Social e Econômica.....	392
Art. 22-B.....	392
Seção IV – Do Tratamento do Usuário ou Dependente de Drogas.....	392
Diretivas internacionais para o tratamento do uso problemático de drogas.....	392
Art. 23.....	393
Programas de atenção ao usuário e ao dependente de drogas no SUS/SUAS.....	394
Desfinanciamento dos CAPS e sobrefinanciamento das CTs.....	395
Art. 23-A.....	395
Drogas, tratamento e direitos humanos.....	398
Instituições totais e a loucura como constructo social.....	399
Natureza jurídica da internação involuntária é de tratamento em saúde.....	403
Internação compulsória é espécie do gênero medida de segurança.....	412
Seção V – Do Tratamento do Usuário ou Dependente de Drogas.....	414
Art. 23-B.....	414
Atendimento na rede de atenção à saúde.....	416
Plano Individual de Atendimento – PIA.....	417
Art. 24.....	420
Benefícios a programas de reinserção no mercado de trabalho.....	421
Art. 25.....	421
Funad.....	422

ONGs com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social .....	422
Art. 26 .....	424
Garantia aos serviços de atenção à saúde na execução da pena e da medida de segurança .....	424
Governo de SP corta recursos com saúde prisional em meio a pandemia .....	425
Preferência pelo tratamento ambulatorial nas medidas de segurança .....	425
Internação como medida de segurança somente em casos excepcionais .....	427
Seção VI – Do Acolhimento em Comunidade Terapêutica Acolhedora .....	430
Art. 26-A .....	430
A transformação moral e a reconstrução dos sujeitos em comunidades terapêuticas .....	431
O modelo de cuidado em comunidades terapêuticas .....	432
Natureza jurídica das comunidades terapêuticas .....	434
Gestão do tempo, rotinas, ressignificação do passado e projeção do futuro em comunidades terapêuticas .....	437
Parecer do Conselho Nacional de Assistência Social sobre Comunidades Terapêuticas .....	439
Adolescentes em comunidades terapêuticas .....	441
Nota de Repúdio às Portarias 690 e 700/2021 do Ministério da Cidadania, que regulamentam a internação de adolescentes em CTs .....	451
Capítulo III – Dos crimes e das penas .....	453
Art. 27 .....	453
Despenalização .....	453
Aplicação isolada, cumulativa ou substitutiva das penas .....	454

Art. 28.....	456
Competência do Juizado Especial Criminal (JECRIM) para processo e julgamento.....	458
Transação e suspensão condicional do processo.....	458
Transação pressupõe análise prévia sobre existência de justa causa.....	458
Bem jurídico tutelado.....	458
Sujeito ativo.....	460
Sujeito passivo.....	460
Objeto material.....	460
Núcleos do tipo.....	461
Elemento subjetivo.....	462
Elemento normativo do tipo.....	463
Consumação e tentativa.....	463
Insignificância.....	464
Insignificância e crime militar.....	466
Erro de tipo e erro de proibição.....	467
Pequena quantidade (§ 1º, do art. 28).....	468
Atipicidade do uso de drogas contemporâneo.....	470
Atipicidade do uso de drogas pretérito.....	471
Sanções alternativas à prisão.....	472
Advertência (art. 28, <i>caput</i> , I).....	474
Prestação de serviços à comunidade (art. 28, <i>caput</i> , II).....	475
Comparecimento à programa ou curso educativo (art. 28, <i>caput</i> , III).....	475
Prazo de duração das medidas (§§ 3º e 4º do art. 28).....	476
Retroatividade da <i>lex mitior</i> .....	476
Reincidência (§ 4º do art. 28).....	477
Anterior condenação pelo art. 28 da Lei de Drogas não gera reincidência.....	478

Medidas coercitivas em caso de recusa injustificada (§ 6º, I e II, do art. 28).....	484
Distinção entre posse para uso pessoal e tráfico de drogas (§ 2º do art. 28).....	484
Modelos de <i>design</i> para diferenciar uso pessoal e tráfico.....	491
CrITÉRIOS objetivos quantitativos para diferenciar uso pessoal e tráfico.....	493
Carta de São Paulo sobre o impacto da Lei de Drogas sobre os sistemas de justiça, penitenciário e saúde.....	495
Resolução Conjunta 01/2016 do CONAD e CNPCP.....	498
Natureza e quantidade da droga apreendida.....	498
Capacidade produtiva do cultivo de <i>Cannabis</i> .....	499
Local e condições da ação.....	500
Circunstâncias sociais e pessoais.....	501
Conduta e antecedentes do agente.....	501
Aquisição compartilhada sem ânimo de lucro ou intento mercantil caracteriza o crime do art. 28, <i>caput</i> .....	502
Mero acompanhamento na compra de drogas é fato atípico.....	504
Laudo de constatação: prova da materialidade exige exame pericial.....	504
Uso de drogas e conduta social.....	504
O papel do Judiciário no cuidado às pessoas que usam drogas (§ 7º do art. 28).....	504
Posse de drogas para uso pessoal no período de prova de <i>sursis</i> processual é causa facultativa de revogação.....	505
Posse de drogas para uso pessoal em estabelecimento prisional: rejeição da denúncia por falta de justa causa (inutilidade da pretensão acusatória).....	507

Posse de drogas em estabelecimento prisional, falta grave e <i>ouerruling</i> .....	512
Uso pretérito durante execução penal não caracteriza falta grave.....	513
Inconstitucionalidade da incriminação da posse e/ou cultivo para uso pessoal: mínima intervenção e máxima garantia .....	514
Voto do Ministro Gilmar Mendes, relator do RE 635.659 (excertos).....	529
Voto do Ministro Edson Fachin no RE 635.659 (excertos).....	534
Ementa e tese do voto escrito do Ministro Luís Roberto Barroso no RE 635.659 .....	544
Inconstitucionalidade da incriminação da posse para uso pessoal no Direito Comparado.....	546
Tribunal Constitucional da África do Sul.....	546
Tribunal Federal Constitucional da Alemanha .....	546
Corte Suprema da Argentina.....	547
Tribunal de Arbitragem da Bélgica.....	547
Corte Suprema do Brasil .....	547
Corte Suprema do Canadá .....	548
Corte Suprema da Colômbia .....	548
Tribunal Constitucional da Geórgia .....	549
Tribunal Constitucional da Hungria.....	549
Suprema Corte do México .....	549
Art. 29.....	549
Critérios para aplicação da multa prevista no art. 28, § 6º, II, da Lei de Drogas (medida coercitiva).....	550
Vinculação do salário mínimo para fins diversos daqueles previstos na Constituição.....	550
Destinação das penas pecuniárias ao Funad.....	551

Art. 30.....	552
Prescrição .....	552
Causas interruptivas.....	552
Idade do agente e prescrição.....	553
<b>TÍTULO IV - DA REPRESSÃO À PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS.....</b>	<b>555</b>
<b>Capítulo I – Disposições gerais.....</b>	<b>555</b>
Art. 31.....	555
Licença prévia da autoridade competente.....	555
Art. 32.....	556
Destruição de plantações ilícitas.....	556
Devido processo legal.....	557
Expropriação das glebas onde forem localizadas culturas ilegais.....	557
Não cabimento de expropriação de bem público.....	558
A expropriação pode ser afastada se o proprietário provar que não teve culpa.....	558
<b>Capítulo II – Dos crimes.....</b>	<b>559</b>
Art. 33.....	559
Saúde pública como objeto jurídico tutelado em todas as figuras típicas do art. 33: <i>caput</i> ; § 1º, I a IV; § 2º; § 3º; e § 4º.....	561
Hediondez e tráfico de drogas.....	562
Prova da materialidade delitiva exige exame pericial (laudo de constatação).....	564
Art. 33, <i>caput</i> : tráfico de drogas.....	567
Sujeito ativo.....	567
Sujeito passivo.....	567
Objeto material.....	568



Núcleos do tipo.....	568
Crime de ação múltipla.....	568
Elemento subjetivo.....	569
Elemento normativo do tipo.....	571
Norma penal em branco.....	571
<i>Abolitio criminis</i> .....	571
Coautoria ou participação.....	572
Erro de tipo ou de proibição.....	572
Consumação.....	572
Tentativa.....	573
Ação penal e competência.....	574
Pena.....	575
Quantidade e pena base.....	575
Desproporcionalidade da pena de multa.....	575
Hipossuficiência econômica e pena de multa.....	576
Art. 33, § 1º: tráfico de drogas por equiparação.....	577
Art. 33, § 1º, I: tráfico de matéria-prima, insumos ou produtos químicos destinados à preparação de drogas.....	578
Sujeito ativo.....	578
Sujeito passivo.....	578
Objeto material.....	578
Núcleos do tipo.....	578
Elemento subjetivo.....	579
Elemento normativo do tipo.....	579
Consumação e tentativa.....	579
Art. 33, § 1º, II: cultivo de plantas para tráfico de drogas.....	580
Sujeito ativo.....	580
Sujeito passivo.....	580

Objeto material.....	580
Núcleos do tipo.....	580
Elemento subjetivo.....	580
Elemento normativo.....	581
Consumação e tentativa.....	581
Plantio para uso terapêutico não caracteriza tráfico.....	581
Art. 33, § 1º, III: utilização de local para fins de tráfico.....	586
Sujeito ativo.....	586
Sujeito passivo.....	586
Objeto material.....	586
Núcleos do tipo.....	586
Elemento subjetivo.....	587
<i>Abolitio criminis</i> .....	587
Elemento normativo.....	588
Consumação e tentativa.....	589
Art. 33, § 1º, IV: venda de drogas a policial disfarçado.....	589
Sujeito ativo.....	589
Sujeito passivo.....	589
Objeto material.....	589
Núcleos do tipo.....	590
Presença de elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente.....	590
Elemento subjetivo.....	591
Elemento normativo do tipo.....	591
Consumação e tentativa.....	591
Atribuição para atuar como agente disfarçado é da Polícia Judiciária.....	592
Art. 33, § 2º: participação no uso indevido de drogas.....	592
Suspensão condicional do processo.....	592

Não hediondez.....	592
Sujeito ativo.....	592
Sujeito passivo.....	593
Objeto material.....	593
Núcleos do tipo.....	593
Elemento subjetivo.....	594
Consumação e tentativa.....	594
Informar sobre drogas e estratégias de redução de danos não caracteriza crime.....	594
Participação no uso indevido e Marcha da Maconha.....	596
Instigação ou indução e uso de roupas com imagem ou mensagem sobre drogas.....	600
Art. 33, § 3º: oferta de droga para consumo compartilhado eventual e gratuito.....	600
Transação penal.....	600
Suspensão condicional do processo.....	600
Não hediondez.....	601
Sujeito ativo.....	601
Sujeito passivo.....	601
Núcleo do tipo.....	601
Elemento subjetivo.....	601
Consumação e tentativa.....	601
Distinção entre tráfico de drogas e oferta para consumo compartilhado eventual e gratuito.....	602
<i>Abolitio criminis</i> .....	604
Sob a égide da lei anterior.....	605
Retroatividade do § 3º.....	605
Art. 33, § 4º: causa de diminuição de pena (tráfico “privilegiado”).....	606
Não hediondez do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas.....	607

Requisitos do redutor .....	609
Redutor e pertencimento a organização criminosa: exigência de prova concreta ..	612
A mera quantidade de droga, por si só, não legitima o afastamento do redutor .....	614
Redutor e quantidade de droga: menor potencial lesivo da maconha para causar dependência e danos à saúde pública .....	617
Redutor, natureza, quantidade e <i>ne bis in idem</i> ..	619
Redutor e diversidade de drogas .....	623
Redutor e poder de lesividade da substância .....	623
Redutor e consequências ínsitas ao crime .....	624
Redutor e inquéritos ou ações penais em andamento: cabimento .....	624
Redutor e atos infracionais pretéritos: cabimento ..	629
Redutor e condenação pretérita a pena de multa: cabimento .....	629
Redutor e condenação anterior por crime diverso do previsto no art. 33 da Lei de Drogas: cabimento ..	630
Redutor e acordo de não persecução penal .....	631
Redutor e posse/porte de arma de fogo .....	634
Redutor e a função de “mula” do tráfico: possibilidade .....	635
<i>Quantum</i> da redução .....	636
Redutor e penas restritivas de direitos .....	636
Redutor e regime prisional diverso do fechado ..	637
Redutor e indulto .....	637
Redutor e analogia: aplicação do redutor para outros crimes da Lei de Drogas .....	638
O papel do Ministério Público na aplicação da Lei de Drogas .....	638

Presunção de inocência e ônus da prova.....	644
Interpretação conforme a Constituição: tráfico de drogas pressupõe, de forma implícita, finalidade diversa do consumo pessoal.....	658
Proposta de Súmula Vinculante ao STF (CF, art. 103-A, <i>caput</i> e §§).....	662
Entregar a consumo ou fornecer drogas ainda que gratuitamente: atipicidade.....	663
Fundada suspeita, racismo estrutural e busca pessoal.....	664
Exigência de justa causa, baseada em dado concreto, para busca pessoal e veicular.....	697
Guardas Municipais não possuem competência para realizar abordagens e revistas em suspeitos de portar ou traficar drogas.....	702
Relaxamento da prisão em flagrante por ausência de fundada suspeita para busca pessoal.....	706
Direito ao silêncio e indispensabilidade do aviso de Miranda na abordagem policial.....	707
Ordem judicial prévia é requisito de validade da busca domiciliar.....	711
A insuficiência da denúncia anônima.....	736
Prova obtida pelo espelhamento de conversas via <i>WhatsApp Web</i> , mesmo que tenha havido autorização judicial prévia, é ilícita.....	756
Insignificância e tráfico.....	761
Atos preparatórios não são puníveis por atipicidade.....	767
Desnecessidade de aferição do grau de pureza.....	767
Laudo de Constatação.....	767
Importação de pequena quantidade de semente de <i>Cannabis</i> : atipicidade.....	767
Droga remetida do exterior pela via postal: competência da Justiça Federal do local do destino.....	769

Mulheres grávidas e com filhos menores de 12 anos acusadas de tráfico têm direito à prisão domiciliar em substituição à preventiva .....	772
Ato infracional análogo ao tráfico e medidas alternativas à internação: cabimento .....	781
Ato infracional diverso do tráfico de drogas não serve para afastar minorante .....	781
Liberdade provisória e tráfico .....	783
Quantidade, por si só, não justifica a prisão preventiva .....	798
<i>Sursis</i> e tráfico .....	800
Ser o réu andarilho não justifica a prisão preventiva .....	800
Não hediondez do tráfico de drogas para fins de progressão de regime prisional .....	801
Art. 34 .....	802
Tráfico de maquinários para fabricação de drogas .....	802
Sujeito ativo .....	802
Sujeito passivo .....	802
Objeto material .....	802
Bem jurídico .....	803
Núcleos do tipo .....	803
Elemento subjetivo .....	804
Elemento normativo do tipo .....	804
Consumação e tentativa .....	804
Pena .....	805
Ação penal .....	805
Necessidade de comprovação da destinação: ônus da acusação .....	805
Necessidade de prova pericial .....	805
Objetos materiais destinados exclusivamente a consumo pessoal: fato atípico .....	806
Posse de esmurrugador é fato atípico .....	808

Excepcionalidade da punição de atos meramente preparatórios.....	810
Inconstitucionalidade.....	812
Consumção.....	813
Autonomia e subsidiariedade do delito.....	814
Confronto com o art. 28 da Lei de Drogas.....	815
Prova de destinação ao tráfico é indispensável.....	815
Art. 35.....	816
Associação para fins de tráfico.....	816
Sujeito ativo.....	816
Sujeito passivo.....	817
Bem jurídico.....	817
Objeto material.....	817
Núcleo do tipo.....	818
Elemento subjetivo.....	819
Consumação e tentativa.....	819
Pena.....	820
Ação penal.....	820
Cúmulo material entre os crimes de tráfico e associação.....	820
A busca por lucro fácil não justifica o aumento da pena base.....	821
Associação para o tráfico e a impunidade dos atos meramente preparatórios.....	821
Estabilidade e permanência.....	821
Associação para a prática reiterada do crime definido no art. 36 da Lei de Drogas (art. 35, parágrafo único) exige habitualidade, além da estabilidade e permanência.....	822
Coautoria não se confunde com associação.....	823

Não hediondez, progressão de regime e comutação/ indulto.....	823
Local dominado por facção não evidencia vínculo estável e permanente.....	826
Retroatividade benéfica.....	827
Art. 36.....	827
Financiamento ou custeio ao tráfico de drogas.....	827
Sujeito ativo.....	827
Sujeito passivo.....	828
Bem jurídico.....	828
Objeto material.....	828
Núcleos do tipo.....	828
Elemento subjetivo.....	829
Consumação e tentativa.....	829
Pena.....	830
Ação penal.....	830
Autonomia do financiamento em relação ao crime de tráfico de drogas e conflito aparente de normas.....	830
Necessária prova da habitualidade.....	831
Indispensabilidade da prova de materialidade dos crimes dos arts. 33, <i>caput</i> e § 1º, e 34, da Lei de Drogas.....	832
Art. 37.....	832
Colaboração como informante.....	832
Sujeito ativo.....	832
Sujeito passivo.....	833
Bem jurídico.....	833
Objeto material.....	833
Núcleos do tipo.....	833
Grupo, organização e associação.....	834



Elemento subjetivo.....	835
Consumação e tentativa.....	835
Pena.....	836
Ação penal.....	836
Delito subsidiário.....	836
Informação repassada pelo sujeito ativo deve ser relevante, sob pena de atipicidade.....	837
Colaboração como informante de um único traficante: atipicidade.....	837
Retroatividade.....	839
Art. 38.....	840
Art. 38: prescrição ou ministração culposa.....	841
Sujeito ativo.....	841
Sujeito passivo.....	841
Bem jurídico.....	841
Objeto material.....	841
Núcleos do tipo.....	841
Elemento subjetivo.....	843
Consumação e tentativa.....	843
Pena.....	843
Transação penal.....	843
Suspensão condicional do processo.....	843
Ação penal.....	843
Comunicação judicial ao Conselho Federal da categoria profissional.....	844
Art. 39.....	844
Condução de embarcação ou aeronave sob a influência de drogas.....	845
Suspensão condicional do processo.....	845
Sujeito ativo.....	845

Sujeito passivo .....	845
Bem jurídico .....	845
Objeto material .....	845
Núcleos do tipo .....	846
Elemento subjetivo .....	846
Consumação e tentativa .....	847
Pena .....	847
Suspensão condicional do processo .....	848
Penas restritivas de direitos não substitutivas .....	848
Apreensão da embarcação .....	848
Cassação da habilitação respectiva ou proibição de obtê-la .....	849
Ação penal .....	850
Forma qualificada .....	850
Prova do uso pretérito de drogas e ônus da prova .....	850
Competência .....	851
Art. 40 .....	851
Causas de aumento de pena .....	852
Rol taxativo .....	852
Exigência de motivação concreta .....	853
<i>Abolitio criminis</i> .....	854
Retroatividade da lei mais benéfica .....	855
Prova da internacionalidade ou interestadualidade .....	855
Aplicação cumulativa da transnacionalidade e interestadualidade .....	857
Interestadualidade e <i>quantum</i> de aumento .....	859
Transnacionalidade e consequências do crime .....	859
Transnacionalidade e <i>bis in idem</i> .....	860

Causa de aumento do art. 40, VI, da Lei de Drogas e art. 244-B do ECA: <i>bis in idem</i> e conflito aparente de normas .....	860
Mera presença de criança ou adolescente no contexto delitivo não justifica a majorante .....	861
Crime praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva .....	862
<i>Locus delicti</i> e aumento da pena: interpretação teleológica .....	862
O mero uso de transporte público não faz incidir a majorante .....	864
Encomenda postal contendo drogas com indicação de destinatário por terceiros de má-fé .....	864
Remessa de droga do exterior por via postal e competência .....	865
Inaplicabilidade da majorante quando a droga foi apreendida no interior de residência .....	868
Crime cometido nas dependências de estabelecimento prisional .....	869
Financiamento ou custeio .....	869
Art. 41 .....	869
Colaboração premiada na Lei de Drogas .....	870
Regra da corroboração .....	871
Prisão em flagrante por tráfico após entrada de policiais em residência sem mandado judicial com autorização do morador .....	872
Aplicação simultânea da colaboração premiada e confissão espontânea .....	873
Direito do réu delatado ao contraditório e ampla defesa plenos .....	873
Incomunicabilidade da minorante em razão da delação premiada .....	875

Art. 42.....	875
Fixação da pena privativa de liberdade.....	875
Dosimetria da pena, natureza e quantidade.....	875
Natureza, quantidade e <i>bis in idem</i> .....	876
Inquéritos e ações penais em curso não podem agravar a pena base.....	877
Exacerbação indevida da pena por falta de motivação idônea.....	877
Confissão.....	878
Regime prisional.....	878
Desnecessidade de aferição do grau de pureza ou potencial lesivo da droga.....	881
Art. 43.....	881
Fixação da pena de multa.....	882
Valor do salário mínimo na data do fato.....	882
A disparidade econômica e a individualização da pena de multa.....	882
Possibilidade de pagamento parcelado do valor da multa.....	883
Art. 44.....	883
Interpretação restritiva das vedações.....	883
Desmedido rigor penal.....	884
Inconstitucionalidade da vedação da conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.....	884
Tráfico, prisão e liberdade.....	886
Possibilidade de concessão de liberdade provisória ou decretação de medidas cautelares diversas da prisão (CPP, art. 319) em situações de inafiançabilidade.....	897
Indicação das elementares do delito não configura fundamentação idônea.....	898

Recomendação 62 do CNJ e a pandemia do novo coronavírus.....	899
Vedação à graça, anistia e indulto.....	907
Art. 45.....	907
Inimputabilidade em razão da dependência, caso fortuito ou força maior.....	907
Tratamento no âmbito da medida de segurança.....	908
Art. 46.....	910
Semi-imputabilidade.....	910
Art. 47.....	911
Encaminhamento do agente para tratamento.....	912
Competência privativa para aferir a necessidade de tratamento.....	912
Capítulo III – Do procedimento penal.....	912
Art. 48.....	912
Procedimento comum sumaríssimo.....	913
Sistema acusatório e interpretação conforme a Constituição.....	914
Art. 49.....	914
Aplicação dos instrumentos protetivos de colaboradores e testemunhas.....	914
Seção I – Da Investigação.....	915
Art. 50.....	915
Prisão em flagrante deve ser imediatamente comunicada ao juiz competente.....	916
Audiência de custódia.....	917
Impossibilidade de decretação de prisão preventiva de ofício pelo juiz.....	926
Obrigatoriedade da nomeação de defensor logo após a prisão em flagrante.....	930

Prova da materialidade delitiva exige exame toxicológico definitivo.....	930
Quebra da cadeia de custódia da prova: ausência de materialidade.....	933
Laudo de constatação e exame toxicológico.....	937
Indispensabilidade de verificação pericial do sexo da planta <i>Cannabis</i> .....	939
Destruição de drogas apreendidas por ocasião da prisão em flagrante.....	939
Art. 50-A.....	940
Destruição de drogas apreendidas sem a ocorrência de prisão em flagrante.....	940
Art. 51.....	941
Prazo para a conclusão do inquérito policial.....	941
Direito de defesa no inquérito policial.....	942
Direito de ser ouvido na fase pré-processual.....	942
Art. 52.....	944
Remessa do inquérito policial a Juízo.....	945
Art. 53.....	945
Juiz como garante da legalidade de todas as fases da persecução criminal.....	946
Juiz que atua na fase pré-processual não pode ser o mesmo a presidir a ação penal.....	946
Denúncia anônima.....	948
Infiltração de agentes.....	949
Flagrante diferido (ação controlada).....	949
Itinerário provável.....	950
Seção II – Da Instrução Criminal.....	950
Art. 54.....	950
<i>Opinio delicti</i> do <i>dominus litis</i> .....	950
Oferecimento de denúncia.....	951

Art. 55	951
O procedimento da lei especial prevalece sobre o da lei geral	952
Defesa preliminar	953
Exceções	953
Diligências complementares de ofício	953
Art. 56	953
Rejeição da denúncia (CPP, art. 395)	954
Absolvição sumária (CPP, art. 397)	954
Recebimento da denúncia	954
Desclassificação na fase do recebimento da denúncia	954
Suspensão condicional do processo	955
Afastamento cautelar do denunciado funcionário público	956
Art. 57	956
Momento processual do interrogatório	956
Paridade de armas entre acusação e defesa	958
Art. 58	959
Valor probatório do depoimento policial	959
Sentença	972
Art. 59	981
Direito de recorrer em liberdade	981
Capítulo IV – Da apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado	982
Art. 60	982
Medidas assecuratórias	983
Prova da origem lícita	983
Veículo apreendido em transporte de droga	983
Art. 60-A	984

Conversão em moeda nacional de moeda estrangeira, títulos, valores mobiliários ou cheques .....	985
Art. 61 .....	985
Apreensão de veículos, embarcações e aeronaves e o terceiro de boa-fé .....	987
Alienação antecipada de bens apreendidos .....	988
Art. 62 .....	989
Utilização de bens apreendidos por interesse público .....	991
Art. 62-A .....	991
Depósitos do produto da alienação de bens apreendidos ou numerário apreendido ou convertido .....	992
Art. 63 .....	993
Destinação dos bens apreendidos .....	994
Art. 63-A .....	995
Exigência de comparecimento pessoal do acusado em sede de pedido de restituição .....	995
Art. 63-B .....	995
Liberação dos bens apreendidos quando comprovada a origem lícita .....	995
Art. 63-C .....	996
Destinação dos bens apreendidos e não leiloados em caráter cautelar .....	998
Art. 63-D .....	998
Portaria n. 1, de 10/01/2020, da Senad/MJSP .....	998
Art. 63-E .....	999
Produto da alienação dos bens apreendidos e confiscados será revertido integralmente ao Funad .....	999
Art. 63-F .....	999
Perda alargada (confisco alargado) .....	1000
Inconstitucionalidade .....	1001
Art. 64 .....	1002



Convênios da Senad com estados, DF e organizações  
sociais para liberação de equipamentos e recursos ..... 1002

TÍTULO V - DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ..... 1003

Art. 65 ..... 1003

Cooperação internacional ..... 1004

Intercâmbio de informações sobre prevenção do uso  
indevido e de inteligência policial e judicial ..... 1004

TÍTULO V-A - DO FINANCIAMENTO DAS  
POLÍTICAS SOBRE DROGAS ..... 1005

Art. 65-A ..... 1005

TÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS ..... 1007

Art. 66 ..... 1007

Conceito de drogas ..... 1007

Art. 67 ..... 1007

Liberação de recursos em convênios com a União ..... 1008

Art. 67-A ..... 1008

Fiscalização de entidades que recebem recursos  
públicos para execução das políticas sobre drogas ..... 1008

Art. 68 ..... 1008

Estímulos fiscais e outros para pessoas físicas e  
jurídicas ..... 1009

Art. 69 ..... 1009

Falência ou liquidação extrajudicial ..... 1010

Art. 70 ..... 1010

Competência ..... 1011

Art. 71 ..... 1011

Art. 72 ..... 1011

Destruição das amostras guardadas para  
contraprova ..... 1012

Art. 73 .....	1012
Convênios entre a União e demais entes federativos ..	1012
Art. 74.....	1012
<i>Vacatio legis</i> .....	1013
Art. 75.....	1013
Revogação expressa da Lei n. 6.368/1976 e da Lei n. 10.409/2002.....	1013
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	1015
Lista de abreviaturas e siglas .....	1050
Lista de figuras .....	1052